

# **A Real Academia Militar do Rio de Janeiro e a dimensão transcolonial da cultura militar portuguesa (1810-1822)**

Carlos Eduardo de Medeiros Gama\*

## **A historiografia da Real Academia Militar do Rio de Janeiro**

A Real Academia Militar, como objeto de estudo, é pouco explorada pela historiografia, predominando investigações na área de educação e, em função da vinculação do curso com a Engenharia (RIBEIRO, 2001; ABREU, 2006) e na área de ensino de Matemática no Brasil<sup>1</sup> (SILVA, 1996; GADOTTI, 2008).

Os primeiros trabalhos da grande área das ciências sociais que fazem referências à Real Academia Militar do Rio de Janeiro, criada pela Carta Régia de 4 de dezembro de 1810 ressaltavam, primordialmente, a importância do currículo da academia e a identidade institucional do Exército brasileiro baseada na tradição do ensino na formação técnico-profissional de militares e civis.

Jehovah Motta - Coronel do Exército e autor da primeira grande obra sobre o tema em 1976 - demonstra que o “Estatuto da Real Academia Militar de 1810 era defensável quanto ao problema curricular, muito bom quanto ao aspecto didático, e era falho no que dizia respeito ao comando e ao regime escolar.” (MOTTA, 2001: 32)<sup>2</sup> Em se tratando do ensino militar entre 1811 e 1850, Motta afirma que duas linhas paralelas e sem conexão alguma se desenvolveram na Academia. A primeira era a linha científica, integrada por militares que se dedicavam aos estudos e à docência, e uma outra era a *tarimbeira*<sup>3</sup>, que nasce da experiência viva das campanhas que se sucedem

---

\* Mestrando em História Social na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

<sup>1</sup> GADOTTI, Marlene de Fátima: “A Academia Real Militar foi fundada, em 4 de dezembro de 1810, através de Carta Régia, a partir da qual começou a desenvolver o ensino sistemático da Matemática em nosso país.” (GADOTTI, 2008: 22).

<sup>2</sup> A primeira edição de *Formação do Oficial do Exército* foi editada pela Cia. Brasileira de Artes Gráficas em 1976.

<sup>3</sup> Segundo ABREU, “Este termo deriva do termo *Tarimba*, um estrado de madeira onde dormiam os soldados nos quartéis, e que pejorativamente foi ligado aqueles oficiais que tinham um caráter mais *Toupiér*, ou que não possuíam estudos militares superiores. Este termo passa a ser bastante utilizado

na Região do Prata. Afirma ainda que a composição da primeira equipe de professores da Real Academia Militar foi rodeada de dificuldades pela “pobreza intelectual da época e da ausência de saber especializado, em nível de ensino superior,” a partir daí, Motta avalia “o que foi o recrutamento dos onze lentes previstos no Estatuto”.

Esses desbravadores, para Motta, muito embora não soubessem realizar o pensamento didático originalmente elaborado pelo Ministro da Guerra D. Rodrigo de Souza Coutinho, procuravam lutar contra adversidade do meio e, em período tão carregado de tropeços, asseguraram a continuidade das aulas. Uma das enormes adversidades apontada por Motta era a falta de professores que se afastavam das aulas para assumirem os mais diversos cargos administrativos e servir a Coroa. A vacância dos lentes é observada em 1831 e “das treze cadeiras, só quatro possuem lentes proprietários prontos.” (MOTTA, 2001: 38)

O antropólogo Celso Castro contribui, em seu estudo, para observar de dentro da instituição a construção e reconstrução das tradições militares brasileiras. No terceiro capítulo, intitulado *Digressão: uma História da Academia Militar* (CASTRO, 1990:104-146), Castro aborda que só em 1839, com o novo estatuto, o nome da Real Academia Militar é mudado para Escola Militar, quando surgiu a figura do “*oficial Instrutor*” responsável pelo comando das companhias de alunos e ministrar instruções práticas das Armas: “o horário semanal previa tempos para exercícios de Infantaria e Cavalaria, equitação, manobras, esgrima, formação e condução das equipagens de campanha, de sítios e de pontes militares.” (CASTRO, 1990:110) Já em 1842 as reformas foram revogadas e o comandante recolheu ao Arsenal de Guerra fuzis e outros armamentos, já que não eram mais previstos exercícios militares para os alunos da Escola Militar. As reformas e mudanças na Academia, segundo Castro, só fortaleceram a instituição no período de 1832 a 1850: E, em 1840, foi criado o posto de “alferes-aluno” para estimular o estudo: passou-se a ter, em oposição ao título de “cadete”, então privilégio de nascimento, o de “alferes-aluno”, obtido por mérito individual. (CASTRO, 1990:112)

Adriana Barreto de Souza analisa a consolidação do Exército brasileiro, mais especificamente da política conservadora e sua formação no Império. Afirma que

---

*no final do século XIX, no interior da Escola Militar da Praia Vermelha, para designar os alunos das armas de Infantaria e Cavalaria.” (ABREU, 2006: 9, nota 7)*

as divergências sobre o ensino militar existentes dentro da própria organização representava um dos obstáculos para a implementação de uma concepção moderna de Exército. A formação na Real Academia Militar, segundo a historiadora, era na época dispensável para o ingresso no oficialato e para a ascensão na hierarquia militar (SOUZA, 1999:157). E destaca ainda que “transformar os cursos como critério básico de organização das patentes e cargos no Exército significaria romper com a tradição aristocrática, que estruturava esses postos através de privilégios de nascimento” (SOUZA, 1999:157-159).

Cláudia Maria Costa Alves, historiadora e pedagoga, pesquisando a formação dos oficiais do Exército no século XIX, distinguiu o cenário social da criação da Real Academia Militar em 1810 e da Escola Militar em 1880. Alves dá ênfase em seu trabalho a uma certa fragilidade da formação estritamente militar, e do desprestígio da própria carreira durante o Império: “a Academia guardava uma identidade pouco militar, sem uniforme, formatura ou normas de quartel. A formação de doutores parecia se sobrepor à qualificação de soldado e gerava críticas severas quantos ao possível cumprimento de seus objetivos”.(ALVES, 2002:129)

José Carlos de Oliveira, engenheiro, professor e pesquisador da história das ciências no Brasil e a constituição da cultura científica no século XIX, apresenta um panorama do ensino superior no capítulo intitulado *Ensino Militar: foco da irradiação da cultura científica* (OLIVEIRA, 2005:146-223) e nele procura demonstrar que o objetivo da criação da Real Academia Militar de 1810 era imediatista: “A formação de oficiais e engenheiros tecnicamente mais requisitados para solucionar os problemas mais presentes de um corte que se alojava em um continente cheio de problemas infra-estruturais e administrativos”. (OLIVEIRA, 2005:147) Nesse sentido, o pesquisador aponta para o aspecto arrojado do currículo, que sobressaía frente aos antigos cursos avulsos até então ministrados na cidade e ao currículo da Academia de Marinha, e a prioridade da Matemática nos três primeiros anos. No entanto, os cursos concebidos na Real Academia Militar eram mais complexos e mais amplos, incluindo cálculo Diferencial e Integral e cadeiras de Física e Astronomia, entre outras. Essa dinâmica dos cursos da Real Academia Militar, ao mesmo tempo em que favorecia o poder real, evidenciava o fato dessa elite intelectual militar não conseguir alcançar o status de uma

comunidade científica, o que exigiria um conjunto de meios físicos e técnicos para pesquisas.

O cientista político Ernesto Seidi, em seu artigo *A Construção de uma ordem: o exército brasileiro e o nascimento da meritocracia (1850 – 1930)* (SEIDE, 2005) discute o desenvolvimento e modificação sofrida pela estrutura da organização escolar do Exército brasileiro no período de 1850 a 1930, e a estruturação da carreira militar pela meritocracia a partir da metade do século XIX. O autor relaciona ainda a luta pela própria definição legítima do “ser militar”, nos termos das disputas políticas entre “teoria” e “prática”, escola para “soldados” ou escola para “doutores”, entre “científico” e “tarimbeiro” e os reflexos dessa disputa nas sucessivas modificações dos regulamentos sofridos na Real Academia Militar. De um lado “militaristas”, representado pelos líderes militares, cuja trajetória era militar e do outro os “academicistas”, representados pelo corpo de lentes defensores irredutíveis das disciplinas “científicas”, próximos, pois, do ensino civil. (SEIDE, 2005:113)

Em busca da formação “científica” e da passagem de Luiz Alves de Lima, o Duque de Caxias, pela Real Academia Militar de 1818 a 1822, Adriana Barreto de Souza identifica um modelo de academia desmilitarizada “o regime escolar era de externato, e não havia praticamente nenhuma regra disciplinar. O que se via nessa matéria encontrava-se também em estabelecimentos civis. (...) nada mencionava sobre uniformes ou formaturas.” (SOUZA, 2008:115)

Através do estudo, observa que em meados de 1820 o estado da Real Academia Militar do Rio de Janeiro era de calamidade, lástima, decadência e de “*frequentes e continuas desordens*”<sup>4</sup>. Ainda na discussão sobre a formação dos oficiais, dos 46 Generais em 1840, Adriana Barreto observa que 30 deles não passaram por uma academia militar (SOUZA, 2004:170). O único traço em comum entre os oficiais superiores – para a autora – era a estreita vinculação com a Coroa e a vida na corte.

---

<sup>4</sup> Fundo Ministério da Guerra – IG3 2, ofício de 21 de março de 1820 Apud (SOUZA, 2008:120, n. 36). A historiadora informa ainda que “*essa decadência já era apontada pela junta em 1º de janeiro de 1819.*”

## O contexto e a dimensão transcolonial

Desde o século XVII havia escolas de engenharia em Portugal. A guerra com os holandeses, no Nordeste do Brasil, e a Restauração na metrópole aumentam as preocupações defensivas da Coroa, que reforça a formação de quadros de engenheiros. Em 1647, é outra vez fundada a Aula de Fortificação e Arquitetura Militar em Lisboa, regida por Luís Serrão Pimentel, o engenheiro-mor do Reino (ARAÚJO, 1998: 32).

Na “Aula do Paço da Ribeira”, criada por Felipe II, também funcionava, desde 1641, uma “Aula de Artilharia e Esquadria”. No Colégio de Santo Antão se ensinava engenharia e ciências afins e na “Aula da Esfera”, dirigida pelos jesuítas e existente desde o século XVI, se ensinava matemática aplicada à navegação, à artilharia e às fortificações. Nessa escola, D. João V criou, em 1739, um dos mais modernos observatórios astronômicos da época (TELLES, 1994; PATACA & SANJAD, 2000).

O ensino e a prática da engenharia em Portugal foram impulsionados pela composição ou tradução de alguns tratados de engenharia, fortificação, desenho e arquitetura militar, como o de Luís Serrão Pimentel, *“Methodo Lusitano de desenhar as fortificações das praças regulares e irregulares, fortes de campanha, e outras obras pertencentes a architectura militar...”*, publicado em Lisboa no ano de 1680. Alguns professores da “Aula de Fortificação” tiveram um papel de destaque na engenharia portuguesa, como Manoel de Azevedo Fortes (1660-1749)<sup>143</sup>, professor de matemática e autor do mais importante tratado da área, o “Engenheiro português”, publicado em 1728 e 1729; e Manuel da Maia (1677-1768), tradutor de alguns tratados franceses tocantes ao urbanismo, como *“O governador das praças”* (1708), de Antonio Ville Fozzano, e *“Fortificação moderna”* (1713), de Pfeffinger, e o principal mentor dos planos de reconstrução de Lisboa após o terremoto de 1755 (PATACA & SANJAD, 2000).

A vulnerabilidade bélica de Portugal leva Sebastião Carvalho e Melo, o conde de Oeiras e futuro marques de Pombal, a buscar apoio estrangeiro, principalmente da Inglaterra. (FERREIRA, 2009)

*“Entre as primeiras solicitações feitas ao aliado inglês estava a indicação de oficiais estrangeiros para os postos de comando das tropas, iniciativa entendida como necessária diante da incapacidade dos oficiais portugueses de conduzirem um conflito segundo os parâmetros modernos de guerra. Para Latino Coelho, aqueles oficiais eram mais cortesãos do que militares (...) não existiam generais que pudessem exercitar o comando num exército moderno, capazes de serem soldados, mas totalmente desprovidos do saber e da experiência das modernas guerras européias (...)”* (FERREIRA, 2009: 15)

Os esforços de ajustamento do Exército de Portugal à guerra moderna começaram antes da chegada dos oficiais estrangeiros. O alvará de 5 de abril de 1762, o rei determina a adequação da nomenclatura dos postos, até Brigadeiro, “(...) como que a dito respeito observam todas as Nações da Europa (...)” Pombal implementou no exército e nas academias militares uma grande reforma comandada Conde de Lippe, contratado em 1763. A partir desse ano, na “Aula Militar” passou-se a ensinar trigonometria plana, geometria, cartografia e manuseamento de novos instrumentos (PATACA & SANJAD, 2000). Os lentes deveriam adotar as obras do engenheiro francês Belidor em suas aulas, numa tentativa de uniformização do ensino. Para tal, uma das medidas de Pombal foi de tradução das obras destes engenheiros para o Português.

Em 1790 foi criada em Lisboa a Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho, onde foram adotados outros compêndios com especial destaque para o de *Arquitectura Militar*, de Antoni, e o de *Minas* de José Antônio da Rosa. Manuais específicos para o ensino do desenho destinados à formação dos militares, em regra não existiram, sendo utilizadas algumas obras como as de Azevedo Fortes e a Antônio José Moreira.

A formação de engenheiros e de desenhistas não ocorria somente no Reino, mas havia também algumas iniciativas na colônia, desde o século XVII, em especial na Bahia e no Rio de Janeiro. Nestas aulas de engenharia era ensinado o desenho militar e arquitetônico. A aula de desenho do Real Arsenal do Exército de Lisboa tinha congêneres no Brasil, como no Arsenal do Exército do Rio de Janeiro que tinha uma Aula de Desenho e uma pequena oficina de pintura no início do século XIX (FARIA, 2001). Além desta havia outras aulas de engenharia, que investigarei com maior profundidade para compreender como era ministrado o ensino de desenho no Brasil.

No Rio de Janeiro também eram formados Engenheiros Militares que eram empregados na elaboração e construção de fortificações, na urbanização do Rio de Janeiro, na elaboração de cartas geográficas e nos trabalhos das Comissões Demarcadoras de Fronteiras. Além disto, alguns destes engenheiros também trabalharam na confecção de desenhos de história natural na Expedição Botânica de Fr. Veloso. Nas expedições científicas, estes profissionais tinham diversas funções, desde o desenho até a proteção militar dos viajantes. Não encontramos, até o momento, nenhuma referência ao trabalho dos engenheiros militares formados na colônia que

tenham trabalhado no desenho de história natural em outras capitâneas. Deste modo, estarei aqui buscando alguns elementos sobre a formação destes profissionais na própria colônia, especialmente no Rio de Janeiro.

Alguns autores já trataram da formação dos engenheiros militares no Brasil colônia. Os primeiros trabalhos sobre o assunto foram de Sousa Viterbo: *Expedições científico-militares enviadas ao Brasil*<sup>145</sup> e o *Diccionario dos architectos, engenheiros e constructores portugueses*<sup>146</sup>. Nesses dois dicionários o autor traçou a biografia de vários engenheiros militares que trabalharam no Brasil, com a relação de diversos documentos cartográficos, manuscritos e iconográficos importantes para a compreensão da formação e das atividades destes profissionais no Brasil. Em 1958 o Tenente Adailton Pirassinunga (1958) elaborou um importante trabalho sobre a formação dos engenheiros militares no Brasil colonial, concentrando-se principalmente na capitania do Rio de Janeiro. O autor transcreve alguns documentos muito esclarecedores sobre as atividades destes profissionais no Brasil. Nestor Goulart Reis Filho há muito têm investigado o tema sobre urbanização no Brasil colonial, e conseqüentemente também tem abordado o tema sobre a formação dos engenheiros militares no Brasil. Beatriz Bueno em sua tese de doutorado (2001) aprofundou a questão sobre a formação dos engenheiros militares no Brasil, traçando um quadro amplo das aulas militares da Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais, Maranhão e Grão Pará. Nesse levantamento, a autora baseou-se em fontes manuscritas e imagens elaboradas pelos “partidistas” (bolsistas) das aulas militares, num esforço de compreender os fundamentos teóricos quem embasaram a Arquitetura (militar, civil e religiosa) e o traçado das vilas e cidades coloniais.

Alguns engenheiros que trabalharam como desenhistas na expedição botânica de Frei Veloso e em outras comissões científicas foram formados na Aula do Regimento de Artilharia de Antônio Joaquim de Oliveira, criada em 1774. Utilizando o quadro teórico já levantado na bibliografia secundária sobre o perfil e a formação dos engenheiros militares, me concentrarei, aqui especialmente na história desta Aula Militar, onde ressaltarei alguns aspectos biográficos dos engenheiros que trabalharam na confecção de desenhos de história natural, como José Corrêa Rangel de Bulhões, José Aniceto Rangel de Caldas Tello e Francisco Manoel da Silva Mello, desenhistas da Expedição Botânica e discípulos de Antônio Joaquim de Oliveira, dentre os quais encontramos informações biográficas mais detalhadas.<sup>145</sup>

As primeiras instituições de ensino militar nas colônias portuguesas remontam ao final do século XVII. Nesta época foram criadas aulas militares na Bahia (1696), Rio de Janeiro (1698), São Luís do Maranhão (1699) e Recife (1701). Em outras regiões do império português também foram criadas aulas militares: em Goa (1699), Angola (1699) e Viana do Castelo (1701) (BUENO, 2001: 500-1).

No Brasil, este esforço era resultado do contexto político e militar da época. As lutas entre Portugal e Espanha, a cobiça das nações de reconhecimento marítimo pela posse do litoral brasileiro, levou Portugal a tomar medidas de defesa do litoral brasileiro. Deste modo, foram construídas diversas fortalezas em curto espaço de tempo. Para suprir o quadro de Engenheiros militares que trabalhariam na construção destas fortalezas, era necessária a formação dos técnicos no Brasil (PIRASSINUNGA, 1958). No Rio de Janeiro, a primeira aula militar foi criada em 1694 para a reparação das fortificações. Gregório Gomes Henriques, Capitão Engenheiro que veio para o Rio de Janeiro em 1694, foi o primeiro a dar lições de engenharia militar nesta cidade. Na época este engenheiro foi considerado como um dos melhores engenheiros: “... *para partes tão distantes vão sempre os Engenheiros mais capazes porque se errarem não tem quem os emenda*”

Em 1699, D. Pedro II resolve criar uma Aula de Fortificação no Rio de Janeiro. A direção desta aula em que se ensinaria a desenhar e erigir fortificações caberia a Gregório Gomes Henriques. As aulas seriam ministradas nas fortificações existentes na cidade, por conterem o material necessário à explicação da obra fortificada. Mas não há evidências concretas que esta aula tenha realmente funcionado, pois o Engenheiro Gregório Gomes Henriques foi degredado para a Colônia do Sacramento em 1701.

Durante o Reinado de D. João V, estava o Conselho Ultramarino empenhado em desenvolver o ensino da Aula de Fortificação do Rio de Janeiro para prover os elementos necessários à defesa do Litoral, face à situação tensa entre Portugal e Espanha. Por Ordem Régia de 19 de Agosto de 1738, o ensino militar torna-se obrigatório e nenhum oficial poderia ser indicado à promoção ou nomeado sem que tivesse antes freqüentado a Aula Militar por espaço de 5 anos. Nesta época foi então organizada a “Aula do Terço de Artilharia”, encabeçada por José

A articulação entre o ensino de desenho nos Arsenais Reais de Portugal e suas colônias, nos leva a preparar um quadro geral sobre os tratados militares adotados nestes estabelecimentos situados dos dois lados do Atlântico, ou seja, Portugal e América Portuguesa. (PATACA, 2000:176)

### Referencias bibliográficas:

ABREU, Ricardo Nascimento. *Os oficiais do exército brasileiro e a formação da elite intelectual sergipana no século XIX (1822-1889)* Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Sergipe, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Núcleo de Pós-Graduação em Educação. 2006.

ALVES, Cláudia Maria Costa. *Cultura e Política no século XIX: o exército como campo de constituição de sujeitos políticos no Império*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

ARAÚJO, Renata Malcher. *As cidades da Amazônia no século XVIII. Belém, Macapá, Mazagão*. Porto: FAUP, 1998.

BUENO, Beatriz Siqueira. *Desenho e desígnio – o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – USP, 2001.

CASTRO, Celso. *O Espírito Militar: Um Estudo da Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

FERREIRA, Nuno Alexandre Martins. Luís Serrão Pimentel (1613-1679) Cosmógrafo Mor e Engenheiro Mor de Portugal. Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa Faculdade de Letra Departamento de História, 2009.

GADOTTI, Marlene de Fátima. *Definição Matemática do conceito de ângulo: influencia da História, do movimento da Matemática Moderna e das produções didáticas nas concepções dos docentes*. Programa e Pós-Graduação em Educação da UNIMEP - Dissertação de Mestrado, 2008.

OLIVEIRA, José Carlos de. *D. João VI: Adorador do Deus das Ciências?* Rio de Janeiro: E-Paper Serviços Editoriais, Coleção Engenho & Artes – vol. 8. Coppe/UFRJ, 2005.

PIRASSINUNGA, Adailton. *Ensino militar no Brasil (Colônia)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.

RIBEIRO, Dulcyene Maria. *A formação dos engenheiros militares: Azevedo Fortes, Matemática e ensino da engenharia militar no século XVIII em Portugal e no Brasil*. PPG da Faculdade de Educação da USP – Tese de Doutorado, 2009; Martino, Marcio Constantino. *O ensino de geometria na formação do oficial do Exército Brasileiro*. UNICAMP, Dissertação de Mestrado, São Paulo: 2001. SANJAD, Nelson; PATACA, Ermelinda; LOPES, Maria Margaret. “As fronteiras do Império: militares, naturalistas e artistas na Amazônia, século XVIII”. In: *IV Jornadas Latino Americanas de Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia. Programa e Caderno de Resumos*. Campinas: UNICAMP, 2000. p. 161.

SEIDI, Ernesto. *A Construção de uma ordem: o exército brasileiro e o nascimento da meritocracia (1850 -1930)*. Revista Ciências e Letras, Porto Alegre, n. 37, p.107-137, jan./jun.2005. <<http://www.fapa.com.br/cienciaseletras/publicacao.htm>>

acessado em 13.05.2010.

SILVA, Circe Mary Silva da. “*A variação dos triângulos esféricos*” de Manuel Araújo Guimarães: primeiro impresso de Matemática, no Brasil, após a liberação da imprensa em 1810. Revista da SBHC, N.15, p.53-66, 1996.

SOUZA, Adriana Barreto. *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

\_\_\_\_\_. *Duque de Caxias: O homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

TELLES, P. C. da S. *História da Engenharia no Brasil*. 2v. Rio de Janeiro: Clavero,1994.